

DOS CANDIDATOS AOS ELEITORES: UMA ANÁLISE DO PROCESSO ELEITORAL EM FEIRA DE SANTANA (1907-1927)

Nayara Fernandes de A. Cunha¹

RESUMO:

Este artigo é fruto de uma análise mais ampla no estudo da *Política e das relações de poder em Feira de Santana (1907-1927)*, mais precisamente no período conhecido como Primeira República, que está sendo desenvolvido no programa de pós-graduação do mestrado em História na Universidade Estadual de Feira de Santana. Para tanto aqui analisaremos as eleições nesta cidade nesse período. Tentaremos entender como se dava as eleições, quem participava, quais eram os grupos e como se dava a relação dos políticos com os que votavam. Pensamos o cenário eleitoral sempre fazendo uma relação dialética pensando o cenário mais amplo que são o estadual e nacional, já que acreditamos que Feira de Santana não está isolada e é preciso está analisando a sua relação com o Estado da Bahia e com o Brasil. Neste sentido, entendemos o Estado como lugar de disputas no qual a sociedade dele faz parte e com suas questões e tensões. Assim a análise se foca no processo eleitoral no início do século XX na cidade de Feira de Santana.

PALAVRAS-CHAVE: Política, eleições e Feira de Santana.

O PROCESSO ELEITORAL EM FEIRA DE SANTANA:

Aqui analisaremos como se dava o processo eleitoral no Brasil no período que foi denominado como Primeira República. Discutiremos as relações entre o governo da União, a política dos governadores e os municípios em um jogo político que excluía a maioria da população e buscava fortalecer grupos econômicos e frações de classe.

No ano de 1889 no Brasil ocorreu a mudança do regime monárquico para o republicano e no ano 1891 foi instituída uma nova Constituição do Estado brasileiro e suas instituições. Definiu-se o federalismo, presidencialismo e a ampliação do regime representativo como norma de organização do Estado. A Primeira República ou a República Velha foi marcada por mudanças, tais como uma intensa urbanização, onde as capitais brasileiras deveriam ser um espelho de uma civilidade e de um progresso² pretendido por grupos dominantes para o país. É também marcado por modificações políticas, como a separação dos poderes executivo e legislativo, implicando de forma direta no poder local. Segundo Souza:

A imagem do Estado, á sua importância, seu controle político, foram os principais temas dos congressistas e juristas responsáveis pela elaboração da Carta Constitucional. Esta assegurava a cada Estado o direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação, reger-se por suas próprias constituições, ter corpos militares próprios, bem como códigos eleitorais e judiciários³.

A implantação da República acelerou a expansão do capitalismo, impelindo a nação a entrar no processo de industrialização, sobretudo valendo-se do fim das amarras que o trabalho escravo e a centralização monárquica impunham à potencialização das relações mercantis, mesmo considerando o predomínio de um grupo exportador no bloco do poder. Era de interesse de grupos dominantes locais e regionais, tanto a autonomia dos seus Estados quanto a liberdade para expandir os seus negócios oportunizando a emergência da República. Contudo a classe dominante não era homogênea, dividia-se em frações que buscavam repartir os privilégios e prioridades de programas públicos para consolidar seus objetivos.

Para Cunha a autonomia dos estados, tido como marca do federalismo brasileiro, se impunha não exatamente por força do princípio constitucional em si, mas pelos arranjos de poder que envolviam governantes, empresários e o judiciário⁴. A constituição de 1891 foi elaborada de forma que fortalecesse as relações de poder entre os grupos dominantes, nela os arranjos políticos deveriam favorecê-los e, ao mesmo tempo, dar à liberdade para o desenvolvimento econômico. As relações políticas estabeleciam-se pela lealdade e troca entre os grupos dos poderes federais, estaduais e municipais.

A autonomia e a posterior “política dos estados” ou “política dos governadores”, foi determinante na estruturação político-partidária nesse período. Um aspecto crucial foi a quase inexistência de partidos nacionais, predominando agrupamentos estaduais com articulações eventuais. Essa forma de estruturação partidária conferia um enorme poder às direções estaduais, reduzindo o jogo político à substituição dessas direções. Apesar de terem acontecido algumas sucessões “tumultuadas”, a regra montada pelos donos do poder foi construída de forma que os atritos não impedissem a hegemonia dos grupos de oligarcas.

Os Estados poderiam se organizar livremente, já a União ajudaria apenas em caso de emergências ou necessidades econômicas. A constituição dava aos membros

federados o direito de elaborarem leis eleitorais, estaduais e municipais. Essa política era um sistema de compromissos no qual havia uma rede de dependência entre as três instâncias de poder. Os governadores podiam conduzir independentemente a política em seus estados em troca do estabelecimento de relações de lealdade ao presidente através da sua bancada no Congresso Nacional⁵. A mesma situação acontecia na relação entre governadores e os chefes municipais, esses últimos garantiam a vitória do candidato a governador, em permuta de favores e autonomia para comandar sua área. Eram os governadores que decidiam sobre as dissensões nas eleições municipais, escolhendo os seus aliados para assumir o poder público.

No sistema constituído, os verdadeiros protagonistas do processo políticos eram os Estados, os quais, dotados dos necessários suportes legais, dominavam a política nacional. Em troca da garantia de tal autonomia, sem intervenção da União e do direito de controlar as nomeações federais, os Estados davam apoio ao presidente da República, sem o qual este não subsistiria ao poder⁶.

O federalismo significou uma forma de manutenção da ordem. Esse ordenamento foi elaborado, numa relação de interdependência, entre estados e municípios. O cargo de Intendente Municipal foi criado para administrar os municípios, função que antes desse período era delegada ao líder do Legislativo para questões de menor importância e, em demandas especiais, para o Presidente da Província que declarava a resolução.

Feira de Santana também sentiu os desdobramentos da Constituição Federal de 1891, Silva afirma que desde a emancipação de Feira de Santana, facções políticas locais disputavam posições de poder, conquistar um mandato nesse período significava força política na cidade. Tais disputas apontavam que as contendas pelo poder em Feira de Santana vêm de longo tempo e, desde a sua instalação a Câmara era um local de polêmica entre as forças locais⁷.

Eram os membros do conselho responsáveis pelas mesas eleitorais, fazer o alistamento eleitoral e a sua revisão a cada eleição, os mesmos verificavam o resultado das eleições e lavravam e liam as atas. Convocavam os eleitores para as eleições federais e estaduais; assim ao assumir essa função, estes sujeitos se tornavam personagens importantes no jogo político, tinham a possibilidade de fazer as duplicatas eleitorais e as fraudes nos resultados. Os conselheiros também aprovavam ou não as

despesas do município, o orçamento e atividades propostos pelo intendente e legislavam por meio de posturas sobre estradas, ruas, jardins, logradouros e outros.

Em muitos municípios, parte das personagens políticas que ocuparam este cargo na República Velha, foram coronéis e pessoas ligadas a eles.⁸ Portanto, como em tantas outras cidades, o poder político em Feira de Santana no início da República tinha sua base assentada na autoridade de coronéis como Agostinho Froés da Motta, Bernardino Bahia, Abdon Alves, Tito Ruy Bacelar e outros. Segundo Oscar Damião⁹, estes sujeitos recebiam este título na cidade devido à guarda nacional¹⁰. Em nosso recorte temporal percebemos que todos os intendentes e a maioria dos membros do conselho municipal possuíam o título de coronel.

O município é o *locus* de sua força política, especialmente, aqueles contextualizados na zona rural, como era o caso de Feira de Santana, e onde concentrava-se boa parte da população brasileira. Neste ambiente bem definido geográfica e politicamente, a troca de favores e a reciprocidade clientelistas se davam entre o coronel e a população local.¹¹

Pang¹² ressalta que para o chefe local ter sucesso como oligarca, dependia basicamente de sua habilidade em trocar favores por votos, posto que o resultado das eleições na Primeira República era consequência da colaboração dos que controlavam os municípios (os chefes municipais) e os que controlavam os executivos: nacional e estadual (presidentes e governadores). É importante destacar que o controle do executivo significava, também, o controle do processo eleitoral, o que por sua vez favorecia as fraudes eleitorais. Além disso, com o poder à disposição, os grupos dominantes poderiam exercitar práticas clientelistas, de coerção, como por exemplo, o uso do “voto do cabresto”.

Em Feira de Santana essas relações de poder foram assimiladas por alguns políticos que iniciaram sua carreira na Primeira República. Agostinho Fróes da Motta, Bernardino Bahia, Tito Ruy Bacellar, Abdon de Abreu, João Mendes da Costa e outros representaram, nessa cidade e eventualmente no estado, a fauna de ativistas políticos que adotaram os termos da política de compromissos como forma de exercer o poder. Eles iniciaram as suas trajetórias num contexto marcado pelas relações políticas da República Velha, e procuraram, nos espaços de disputas municipais, a consolidação dos próprios nomes como forças dirigentes da ordem e do progresso, angariando alguma nomeada local e, eventualmente, prestígio estadual.

Prestígio que os qualificava a indicar nomes para a eleição estadual. Dessa forma, Tito Ruy Bacellar chegou a ser, além de intendente, deputado estadual pelo Partido Republicano da Bahia por mais de uma vez, e sua palavra passou a ter forte importância no diretório local, como podemos perceber:

Apresentamos os candidatos do Partido Republicano da Bahia para o terço do senado e deputados estaduais. Em nossa cidade foi indicado pelo diretório local o nosso amigo Cupertino Lacerda e de dr. Raul dos Reis Gordilho. Sobre esta última indicação, é justo salientemos que não somente consultou os interesses viates do partido, como nasceu da espontânea inspiração de nosso querido amigo, prestigioso e estimado chefe, coronel Ruy Bacellar, um dos espartanos da gloriosa peleja de 1907¹³. (sic).

Conferindo autonomia aos estados, a constituição de 1891 manteve restrita a participação da população no processo eleitoral. Estavam excluídos desse processo os mendigos, os analfabetos, as praças de pré e os religiosos de ordens monásticas¹⁴. As mulheres também estavam fora das escolhas eleitorais. Segundo Sampaio, a Bahia em 1890 tinha 1.379.00 habitantes sendo que 82% eram analfabetos e em 1920 81,6% não sabiam ler e escrever, ficando evidente que a maioria da população não participava do processo eleitoral. Poppino afirma que essas restrições ao direito de voto em Feira de Santana constituíam um índice “da reação conservadora, que se vinha acentuando no Brasil no começo do século XX”¹⁵.

As eleições para a escolha do presidente da República, para o congresso federal, para o legislativo estadual, câmara e senado (que se renovavam bianualmente), para conselheiros municipais e para intendente e também eleições para preenchimento de cargos vagos dos postos eram os processos eleitorais que ocorriam nesse período. Sampaio aponta que em 1906 na Bahia havia 2.500.000 habitantes com 68.000 eleitores (2,5%) e a capital do estado era o maior colégio eleitoral com 7.800¹⁶.

Poppino, por sua vez, nos informa que em Feira de Santana no ano de 1894 possuíam 5.045 eleitores e que em 1905 esse número decresceu para 1.579 pessoas que votavam (Poppino, 1968, p. 128). Já em nossa análise da ata eleitoral do conselho municipal no ano de 1906 aparece o alistamento de 1.730 eleitores divididos em 10 sessões eleitorais que compreendiam a cidade de Feira de Santana e seus distritos, o que torna os números apresentados pelo brasilianista pouco seguros.¹⁷ Aldo Silva¹⁸ aponta que em 1889, no distrito sede, o município possuía aproximadamente 4.454 pessoas. Já o censo feito em 1920, surpreende esse mesmo distrito com 12.012 habitantes. Para efeitos comparativos temos apenas uma estimativa populacional datada de 1892, que

conferia uma população de 43.862¹⁹ habitantes. Sendo esta a população e o único dado seguro é de 1.730 eleitores para 1906 temos um percentual de 3,9%, quociente eleitoral ligeiramente superior à média do estado.

Esse percentual pode ser explicado a partir de uma pista. Dois dos distritos (Santa Bárbara e São José das Itaporocas) tinham populações superiores ao distrito sede. Do primeiro deles, inclusive, saiu o intendente que dirigiu a cidade pelo maior período de tempo, José Lima Freire.²⁰ A existência de distritos grandes pode indicar uma disputa pela filiação de mais eleitores, influenciando no percentual final de eleitores. Então, em que pese a população de Feira de Santana ser inferior a de outras cidades, a capilarização distrital a colocava em situação vantajosa frente a outras municipalidades.

Para entendermos como se davam as eleições em Feira de Santana nos focamos na conformação de processos eleitorais da União. Foram realizadas constantes eleições, que ocupavam o centro da vida política²¹. Estas ocorriam de forma direta, mas o voto não era secreto, o que aumentava a possibilidade de controle dos políticos sobre os eleitores e facilitava a negociação do voto.

A ação fundamental no processo político era atribuída aos mesários eleitorais que, como já ressaltado, eram membros do conselho. Essas mesas eram compostas em cada município por cinco membros, eram presididas pelo presidente do conselho que designava os quatros membros, sendo dois conselheiros e dois eleitores. Também era o presidente do conselho quem designava os demais membros dos distritos das cidades²². Por isso para o jogo político era de importância os políticos assumirem essas funções, pois, com o poder de indicar os outros membros poderia facilitar e legitimar o resultado do grupo político que defendia e participava.

A mesa eleitoral é que apurava os votos e lavrava a ata respectiva, queimando, em seguida, as cédulas, salvo as apuradas em separado, que se remetiam ao Ministério do Interior (...). Entretanto é no ato das eleições, que o mecanismo de compreensão se estabelece: como não existe o voto secreto e a mesa eleitoral controla a presença e a votação torna-se fácil a pressão sobre os eleitores”²³

Nos períodos eleitorais a disputa sobre quem presidiria a mesa eleitoral era constante, depois de definida as composições, muitas notícias circulavam sobre possíveis duplicatas e escolhas marcadas para favorecer um candidato em específico.

Assim no ano de 1907 com as mesas definidas para as eleições municipais, o jornal *O Progresso* que representava os situacionistas responde sobre a esse tipo de acusação.

Estão traduzidos em letras redondas em O Propulsor do dia 15 do corrente mez os boatos que incessantemente ocorrem de sábado à terça cá ultima, de haver a gente governista forçicado nas trevas uma duplicata de organização das mesas eleitoraes para os diversos districtos deste município no pleito que se vae travar no dia 10 de novembro (...), entretanto é sabido e provado ficou que, dispondo apenas os senhores do feudo governamental de dois conselheiros e um suplente, não ousaram lograr a intenção de transpor o limiar do Paço Municipal; por que tinham a pleníssima convicção de que não conseguiriam eleger um suplente sequer, ofuscados pela leal e brilhante maioria que constitue o padrão glorioso do Partido Republicano deste Município²⁴.

Essa acusação é fundada na idéia de que a oposição havia sido excluída e que por meio de duplicatas foi fraudada a formação das mesas eleitorais. Mais adiante retornaremos ao episódio dessas eleições e seus desdobramentos. Atentamos aqui para essas disputas ocorridas em volta das mesas eleitorais. Como já dizemos os que a presidiam tinham por função legitimar eleição e conferir os votos o que lhe dava um leque de possibilidades de até dar a vitória a quem não teve maioria, falsificar votos e até incluir eleitores fantasmas, entre outros.

Poppino afirma que as mesas eleitorais eram importantes dispositivos, pois, possibilitava aos mesmos cidadãos dominarem por muitos anos os poderes municipais. Destacamos que desde 1889, que a classe dominante no poder eram os proprietários e comerciantes que buscavam além do cargo de intendente, assumir a câmara e manter vínculos com o governo do Estado²⁵. O perfil dos candidatos da cidade no período que abrange nossa análise é de sim de comerciantes, proprietários e mais posteriormente na segunda década do século XX a de advogados e médicos.

O alistamento eleitoral era feito na sede dos municípios. Eram dez seções eleitorais, uma por distrito e duas na sede. Entretanto, para conseguirem os seus certificados de eleitores as pessoas eram obrigadas a se deslocarem para o distrito sede, tarefa relativamente difícil uma vez que algumas sedes distritais são afastadas de Feira de Santana por cerca de 30 km. Nas eleições municipais eram escolhidos o intendente, oito nomes (no caso de Feira de Santana) para ocuparem as vagas do Conselho Municipal e os juizes de paz.

O conselho municipal convoca o eleitorado deste município a comparecer as 10 horas da manhã nos lugares abaixo designado afim de ter lugar as ditas

eleições; devendo cada eleitor depositar na urna cinco cédulas, escriptas em papel branco ou anilado sendo uma com rotulo distinctivo- Para Intendente Municipal contendo um só nome, outra- Para membros do Concelho Municipal, colocando oito nomes; outra- Para Juizes de Paz com três nomes, outra- Para Administrador, com um só nome; e outra- Para membros da Junta Districtal, com dois nomes²⁶. (sic)

Os grupos políticos de alguma forma disputavam o eleitorado ou buscava pressioná-lo para que seus candidatos fossem eleitos. Como uma das condições para ser eleitor era ser alfabetizado, o que excluía mais do que a maioria da população, a imprensa²⁷ buscava por meio das suas colunas também influenciar os que tinham esse direito. Podemos ver isso no trecho abaixo retirado do jornal *O Progresso* em 1906:

A mingua de argumentos, um rethoricão qualquer, dos que a miúdo surgem e estream parvoamente no relógio de repetição, que é A Republica, arrisca proposições em que a mentira alvar se pantantea em sua repelente nudez, deslembrado de que o brioso corpo eleitoral não é um agregado de analfabetos, mas constituído por homens que leem, que ajuízam, que discernem e calmamente, prescindindo de paixões partidárias sabem de que lado esta a razão e a justiça , em que parte está a traição, a intriga e a calunnia.²⁸ (sic)

Esse conflito teria desdobramentos organizativos e os grupos tentariam angariar novos correligionários. A cada eleição era realizado um novo alistamento eleitoral, neles eram incluídos mais cidadãos habilitados a votarem. No ano de 1907, por exemplo, foi feita esse novo alistamento, sendo incluídos mais 200 eleitores²⁹. Entre estes estava o jovem Arnold Ferreira da Silva que posteriormente será intendente e coronel em Feira de Santana, aliado de Tito Ruy. A futura atuação desse novo eleitor insinua algumas questões para a interpretação que pretendo encetar acerca dos novos inscritos e suas participações no jogo político feirense.

Aqui pretendemos analisar o campo político em Feira de Santana, isso é tentar entender quem eram os candidatos e qual o perfil dos eleitores. Esse objetivo é limitado pela escassez de fontes, o que nos leva à tarefa de cruzar as listas eleitorais com informações dos memorialistas, processos-crimes, jornais e inventários. Dessa forma podem ser vistos advogados, proprietários de terras, comerciantes, médicos, farmacêuticos, agricultores, pecuaristas, funcionários públicos e professores.

Era uma política dirigida por grupos dominantes locais e a participação popular era restrita ao direito ao voto, nessa, o simples fato de um cidadão saber assinar

o nome o tornava alvo de disputa. Os que residiam nos distritos, por exemplo, não eram apenas pessoas abastadas, mas em época de eleições a sua assinatura, ou a falsificação dela, se tornava importante. E mesmo sendo um percentual relativamente pequeno, para o período poderia representar um grande número, já que as eleições era uma fase mais agitada, pois possibilitava aos grupos assumirem o poder e conciliar a realização de seus interesses usando, muitas vezes, o caminho público (posse de terras indevidas³⁰, uso arbitrário do poder para colocar quem quisesse em cargos entre outros), assim público e privado se misturavam em um jogo de interesses. Portanto havia disputas políticas e, por conseguinte, conflitos envolvendo os sujeitos mais abastados, em especial nesse período eleitorais na cidade.

³¹Para compreender o processo político em Feira de Santana e as suas relações, temos que pensar nas configurações nacionais e estaduais. Desse modo entendemos que essa cidade não estava isolada e que apresentava suas especificidades e suas generalidades no quadro das relações políticas. Neste sentido, compreendemos o Estado como lugar de disputas em que a sociedade dele faz parte e com suas questões e tensões. Ele não existe descolado das questões que atravessam a vida social. Este é uma condensação de relações sociais³². O Estado consiste numa relação em que as sociedades contemporâneas se ordenam e se estruturam em torno dele, o disputando e o fazendo enquanto objeto principal da competição. Veremos como os grupos se agrupavam em busca de alcançar o poder público, seja nas esferas federais, estaduais ou municipais.

¹ Nayara Fernandes de Almeida Cunha. Mestranda do programa de pós-graduação em História da UEFS. Bolsista Capes e membro do Laboratório de história e memória das esquerdas e das lutas sociais (LABELU). Email: nayfac@hotmail.com.

² Com a proclamação da República os aspectos coloniais já não se enquadravam nesse novo cenário e era preciso acompanhar o progresso que significava alinhar-se com padrões e ritmos dos desdobramentos da economia europeia. Ver Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, 2ª edição: Brasiliense, 1985.

³ SOUZA, Maria do Carmo Campello de Souza. *O processo político partidário na Primeira República*. In: *Brasil em perspectiva*. Editora: Bertrand Brasil S.A, 1987. P. 162.

⁴ CUNHA, Joaci de Sousa. *“O fazer político da Bahia na republica velha” 1906-1930*. Doutorado: UFBA, 2011. P. 68.

⁵ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial Didático da UFBA, 1975. P. 42.

⁶ SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de (Maria do Carmo Carvalho Campello de). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*, 3. ed São Paulo: Alfa-Omega, 1990. P. 185.

-
- ⁷ SILVA, Kelman Conceição a. *Política e acomodação de poder em Feira de Santana na Era Vargas (1930-1945)*. Monografia, UEFS, 2009. P. 21.
- ⁸ Idem p. 17.
- ⁹ ALMEIDA, Osmar Damião de. *Dicionário Personativo, histórico e geográfico de Feira de Santana*. p. 153.
- ¹⁰ Segundo Resende a Guarda Nacional foi uma instituição imperial, fundada na Regência, que funcionava como uma espécie de força paramilitar da elite. O posto supremo, o de coronel, era atribuído aos homens de grande fortuna e, melhor ainda, se são ilustrados, os oficiais provêm de famílias abastadas e os soldados estratos sociais mais baixos. Cabia aos coronéis da Guardar cuidar do aparelhamento do corpo paramilitar sob suas ordens, fazer o recrutamento e a convoca-lo, quando necessário. (RESENDE, 2008, P. 94.)
- ¹¹ SILVA, Kelman Conceição a. *Política e acomodação de poder em Feira de Santana na Era Vargas (1930-1945)*. Monografia, UEFS, 2009. p. 20.
- ¹² Pang, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- ¹³ Folha do Norte, 10 de dezembro de 1910. Museu Casa do Sertão (MCS).
- ¹⁴ Constituição Federal, artigo 70, p. 16.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.h
- ¹⁵ POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1968. P. 129.
- ¹⁶ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial Didático da UFBA, 1975. P. 53.
- ¹⁷ Arquivo Público de Estado- Sessão Republicana: cx: 2295 documento: 2900.
- ¹⁸ O mesmo apresenta esses dados com base no jornal *Folha do Norte* de 07 de outubro de 1940.
- ¹⁹ APEB, CX- 2295, DOC. 2900- Sessão Republicana.
- ²⁰ FILHO, Godofredo. *Poema da Feira de Santana*. Salvador: EGBA, 1977.p. 16.
- ²¹ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial Didático da UFBA, 1975. P. 53. P. 48.
- ²² CARONE, Edgar. *A primeira República (1889-1930): texto e contexto*. São Paulo: DIFEL:1973. P. 296.
- ²³ Idem, p. 301.
- ²⁴ Jornal O Progresso, 20 de outubro de 1907, MCS.
- ²⁵ POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1968. P. 126.
- ²⁶ O Progresso, 06 de fevereiro de 1906, MCS.
- ²⁷ No nosso primeiro capítulo discutiremos o papel da imprensa enquanto instrumento de poder, assim analisaremos os jornais que circulavam na cidade no período que abrange nosso estudo.
- ²⁸ Acreditamos que os jornais eram armas usadas nas disputas internas e externas. Além destes existiam outros órgãos privados tais como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) que tinha em Feira de Santana uma filial denominada Sociedade Agrícola Protetora de pequenos lavradores do qual participavam, por exemplo, Tito Ruy Bacelar. Ver jornal O Progresso, 19 de janeiro de 1902. O Progresso, 25 de janeiro de 1906, MCS.
- ²⁹ O Progresso, 06 de janeiro de 1907, p. 03: “Alistamento eleitoral”. MCS
- ³⁰ Tiago Santiago encontrou boa documentação que indicava o apossamento de terras públicas por alguns dirigentes municipais, sobretudo usando o recurso do aforamento. Mais ainda, mandatários que conseguiram dispensa do pagamento do imposto da Décima Urbana e construíam benfeitorias municipais nas áreas em que tinham casas e terrenos. Ver: SANTIAGO, Tiago. *Casas, casebres e ruínas: uma política de desapropriação em Feira de Santana, 1910-1917*. UEFS: Feira de Santana, 2010. (Monografia de graduação).
- ³¹
- ³² MENDONÇA, Sônia Regina. *Agricultura, Poder e Estado no Brasil: um projeto contra hegemônico na Primeira República*. In: *Nação e Poder: as dimensões da história*. P. 25.
-